

Europa Asiática

Álvaro de Vasconcelos, Director, IEEI, Lisboa

A decisão da Comissão Europeia de recomendar o início das negociações de adesão da Turquia, que os governos em Dezembro quase certamente sancionarão, tem uma importância transcendental. Na chamada «questão turca» se decide, nem mais nem menos, a questão da identidade da União – e com ela a da sua linha de fronteira.

A importância do tema para o futuro da União justifica inteiramente a vivacidade do debate suscitado em torno da adesão da Turquia. Ainda que indirectamente, foi tema crucial na redacção da Constituição europeia, que não acolheu a pretensão minoritária de consagrar uma definição da matriz religiosa da Europa, dela excluindo assim sem apelo uma Turquia maioritariamente muçulmana.

A identidade europeia advém não só dos seus valores fundadores, a democracia e os direitos fundamentais, mas também de princípios como a unidade na diversidade e o associativismo. A Turquia coloca uma outra questão, nunca esclarecida e não menos essencial, que é a da finalidade da União, os limites do seu projecto de integração, deixados até hoje – e ainda bem – indefinidos. Dizer «sim» à Turquia, depois do último alargamento, é provavelmente, como se tem dito, desistir da nostálgica e perigosa quimera de um super-Estado europeu, construída à imagem da federação americana. No entanto, como não se cansam de repetir os dirigentes de Ancara, a adesão da Turquia dará à Europa uma muita maior capacidade para se projectar no mundo extra-europeu.

Abandonando a ideia da soberania estatal à escala continental que implica a existência de fronteiras claramente definidas, a União assume de forma plena o seu modelo, de impacto e vocação universal, diferente do da superpotência restante e ainda mais das emergentes, como a China. A Europa será entendida pelos demais como um projecto de integração regional que é também uma prefiguração de uma forma de governação mundial baseado no multilateralismo e na inclusão. A União deixará de ser um projecto apenas da península europeia da Eurásia para adquirir uma dimensão asiática. Ainda que seja difícil conceber que o território asiático da Turquia, onde nasceu talvez Homero e ganhou raízes o helenismo, não seja “europeu”, será como tal visto pelos cidadãos dos países seus vizinhos e do sul pobre. Com a Turquia, a Europa estende-se pela Ásia fora até ao Cáucaso, chega às

fronteiras da Síria, do Irão, do que será então o Iraque, e exerce um enorme poder de atracção, e logo de transformação, sobre países tão importantes para a segurança internacional. A possibilidade de lidar bem com os graves problemas de segurança que se colocam, aliás, desde já, na vizinhança da União, será certamente maior.

É evidente que o efeito de identificação e atracção da União em relação às periferias da União só será plenamente conseguido se a inclusão da Turquia se fizer no pleno respeito dos valores em que assenta a União. Apesar de os governantes turcos afirmarem que a democratização é uma exigência própria e não imposta, o certo é que a perspectiva de adesão tem constituído um forte estímulo e exercido, como em relação a Portugal ou à Polónia aconteceu, um enorme efeito democratizador. A maioria dos reformistas turcos agradecem, aliás, o grau de exigência em relação aos direitos fundamentais dos relatórios da Comissão, embora não seja aceitável a imposição, sempre atribuível a razões culturais e religiosas, de condições discriminatórias em relação ao futuro estatuto da Turquia como membro, particularmente detestáveis se ligadas à circulação dos cidadãos.

Não pode deixar de se sublinhar que foi um partido de inspiração islamista democrática, liberto da ideologia nacionalista tradicional, que não só assumiu como seu o histórico projecto europeu da Turquia e o ligou plenamente à democratização, como acelerou a transformação das relações com a Grécia, o “vizinho inimigo”, algo que as décadas de convivência no seio da NATO não lograram alcançar.

A adesão da Turquia, a confirmar-se, será um acontecimento refundador da União, depois de anos de nevoeiro economicista, que dificulta a plena consciência dos objectivos políticos e da finalidade da aventura europeia. Mais claramente, a União passa a ser um projecto para a ordem mundial, não só para os cidadãos e Estados da Europa. Nisto é fiel aos seus fundadores, pois nasceu exactamente para alcançar aquilo que o equilíbrio de poderes não podia conseguir: a paz entre os Estados, garantida pela democracia e pela associação.

Sem contradição, nem mesmo aparente, a adesão da Turquia é um enorme desafio para as instituições e os equilíbrios internos da União – já muito deficientes a 25. A solidez dos princípios não pode fazer esquecer as questões práticas do bom funcionamento da União Europeia, sem o qual se não podem cumprir. A ratificação da Constituição é um primeiro passo, e as reformas internas que preconiza – cuja necessidade a perspectiva de adesão da Turquia apenas torna mais flagrantes – não podem nem devem tardar.